

Esperança e fé



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Vivi nos últimos meses entre a esperança e a apreensão. É que, há alguns meses, Roseana, minha única filha, fruto do meu extremado carinho, do meu amor e da minha admiração, pelo seu talento, pela sua personalidade corajosa e guerreira, deu-me um susto muito grande, quando me comunicou que, num checkape de rotina, fora encontrado um câncer de mama, a necessitar de uma série de exames para diagnosticar sua natureza e seu estado de evolução.

Procurei seu médico para obter todas as informações sobre o tumor e suas perspectivas exatas de evolução e cura. Pedi-lhe também que não me sonegasse nada, pois desejava saber exatamente de tudo. Com absoluta sinceridade, ele me disse tratar-se de um câncer altamente agressivo, que há alguns anos significava uma curta sobrevivência, mas que, graças aos avanços da medicina, hoje seria possível fazer um tratamento já padronizado, bastante efetivo, mais agressivo, com alguns efeitos paralelos, mas com muito bons resultados.

Imediatamente, dois sentimentos me dominaram: o primeiro, de grande apreensão, e o segundo, de grande esperança. A esperança aliada à fé nos traz a certeza. Vi minha mãe

professar a fé. Sei que existe ser cristão porque minha mãe era cristã: amava os outros, oferecia a outra face do rosto, sabia quem era o próximo e para ele tinha sempre caridade. Sei a força da oração porque vi minha mãe orar a vida inteira e tudo conseguir orando, anos e anos, dias e noites agarradas às contas do terço e com os olhos “nos olhos do crucificado”. Fui educado, por meu pai e minha mãe, nessa escola. Foi sobretudo dela que me veio o hábito de pedir a Deus sempre que me deparo com esses golpes que a vida nos traz. Mais tarde, convivi intensamente com Santa Irmã Dulce dos Pobres, que se tornou uma segunda intermediária nessa entrega de nosso destino em Suas Mãos.

Assim, como somos uma família que cultiva a fé como dogma, passei esses meses vivendo uma grande apreensão, mas na certeza de que Deus não nos abandonaria e que, pelas mãos competentes e talentosas dos médicos que a assistiam — Dr. Artur Katz, Dr. David Uip, Dr. Roberto Kalil, Dr.^a Marianne Pinotti, Dr. Raul Cutait, Dr.^a Filomena Galas, Dr.^a Cristina Abdalla, Dr.^a Beatrice Abdalla, Dr.^a Thaís Brandão, Dr. Vitor Dias, Dr. Pedro Henrique Benfatti, Dr.^a Claudia Cozer, Dr. Marcelo Rodrigues, Dr.^a Marina Sahade e todos os outros médicos e enfermeiros da equipe —, seria restituída sua saúde.

Não podemos nos esquecer o quanto foi comovente a solidariedade do povo brasileiro, a começar pelo Maranhão, onde o acompanhamento de sua doença foi um verdadeiro ato de fé, nas orações que foram feitas neste período, nas missas que foram pedidas por seu restabelecimento e nas orações

espontâneas dos sacerdotes em diversas igrejas, como tive oportunidade de testemunhar.

Sem dúvida, essa filha tem-me dado muita alegria. Pelo seu coração bondoso e desempenho tão louvado nos diversos cargos que ocupou e nos quatro mandatos de governadora do Maranhão — primeira governadora eleita do Brasil —, por seu espírito público e pelo que realizou em benefício do nosso Estado, exercendo sempre funções públicas pelo voto do povo.

Agora, Roseana chegou ao fim do seu tratamento, com uma operação muito bem-sucedida.

A nossa esperança, que era nossa certeza, só tem agora gestos de gratidão e agradecimentos como tive oportunidade de expor.

O mais comovente desses gestos de solidariedade nos veio de Sucupira do Norte, de um pobre homem, cheio de bondade e com grande coração que, durante todos esses meses, reunia em oração um grupo de fiéis, rogando a Deus e a Nossa Senhora pela saúde de Roseana e, não tendo nada para ofertar, mandou seu coração, que foi um vidro de mel de tiúba, uma abelha selvagem, que tem uma doçura admirável, que ele colheu na mata, e uma lasca de casca de pau-d’arco, para que se fizesse um chá para ajudar na cura. Foi o presente maior e mais puro que recebeu.

Enfim, este artigo pode ser considerado uma declaração de gratidão a todos que estiveram e estão solidários com ela, por sua saúde, ao povo maranhense, ao povo brasileiro, aos amigos, aos parentes e a Deus pela graça da sua saúde, do amor e da proteção contra todos os males e perigos.

G o m e z

Quando a sociobiodiversidade vira política de Estado



» TATIANA REHDER
Coordenadora geral de Articulação de Políticas Públicas e Economias da Sociobiodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

» MARCIA SOARES
Gerente Amazônia e Parcerias do Fundo Vale

O Brasil deu um passo importante ao instituir o Programa de Promoção das Economias da Sociobiodiversidade em Unidades de Conservação Federais (Programa ECOSociobio), publicado em *Diário Oficial* no dia 2 de fevereiro último (Portaria ICMBio Nº 163/2026), voltado ao fortalecimento das economias da sociobiodiversidade em unidades de conservação federais. A iniciativa nasce ancorada em aprendizados construídos a partir da experiência do SustentaBio, uma aliança entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Fundo Vale, que demonstrou, na prática, que conservar a natureza e promover uma economia baseada no uso sustentável dos recursos naturais, beneficiando comunidades moradoras dessas unidades de conservação, não são objetivos opostos, mas complementares.

Ao longo dos últimos anos, o SustentaBio mostrou que investir em cadeias produtivas

sustentáveis, protagonizadas por povos e comunidades tradicionais, gera renda, fortalece identidades culturais e amplia a proteção dos territórios. A floresta em pé deixa de ser apenas um conceito ambiental e passa a ser um ativo econômico, social e cultural para quem vive nela. Essa vivência acumulada agora se transforma em política pública, ampliando escala, alcance e integração institucional.

O novo programa reconhece algo essencial: não há conservação efetiva sem pessoas. Estudos antropológicos mais recentes sobre a Amazônia mostram que a atual floresta que vemos hoje não é algo intocável, mas foi modelada a partir do manejo de povos tradicionais, que transportaram espécies de um local para outro, desenvolveram culturas alimentares, num modelo em que o ser humano é parte nessa natureza de forma integrada. Unidades de conservação não podem ser vistas como espaços isolados da realidade social. Quando comunidades têm acesso a mercados justos, infraestrutura adequada, assistência técnica e reconhecimento de seus modos de vida, tornam-se as maiores aliadas da proteção ambiental. A economia da sociobiodiversidade cria incentivos reais para o uso sustentável dos recursos naturais, reduz pressões predatórias e promove segurança alimentar e inclusão produtiva.

Outro aspecto relevante é o modelo de governança que inspira o programa. A parceria entre o setor público e a iniciativa privada, representada pela cooperação entre o ICMBio e a Vale, demonstra que desafios complexos exigem soluções

colaborativas. Políticas públicas ganham força quando dialogam com experiências bem-sucedidas, quando se baseiam em evidências e quando somam esforços em torno de um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Evidentemente, o sucesso do programa dependerá de sua implementação. Garantir participação social efetiva, transparência, protagonismo comunitário e continuidade dos investimentos será decisivo. Ainda assim, a institucionalização dessa agenda sinaliza uma mudança de paradigma. O Brasil avança ao compreender que proteger a biodiversidade passa, necessariamente, por fortalecer as economias que dela dependem. Hoje, já contamos com outros marcos legais para impulsionar a bioeconomia, como a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto 12.044/2024) e a Política Nacional de Bioeconomia (PLP 150/2022 e PL 1.855/2022); em nível estadual, o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio); ou, em nível internacional, os Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia do G20 (2024), criados a partir da liderança do Brasil no tema e que estabelecem 10 diretrizes voluntárias para integrar desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade e inclusão social.

Mais do que um novo programa, o ECOSociobio é uma afirmação de futuro. Um futuro em que conservação ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico caminham juntos, construídos a partir do território, das pessoas e de suas relações com a natureza.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A letra vencedora: o toma lá dá cá

No passado não muito distante, era comum que os cargos e as funções de administração e controle das finanças do Estado — no caso aqui, de ministros da Fazenda e do Planejamento e de presidentes do Banco Central — ficassem reservados exclusivamente para indivíduos que conheciam a fundo a complicada ciência matemática da macroeconomia.

Na Fazenda, passaram nomes de peso, como Ruy Barbosa, Osvaldo Aranha, Eugênio Gudin, Walther Moreira Salles, Tancredo Neves, Santiago Dantas, Roberto Campos, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Pedro Malan, Paulo Guedes e outros. Todos experts no mundo da contabilidade estatal. No Planejamento, tivemos também a supervisão de figuras ilustres, como Celso Furtado, Roberto Campos, Reis Veloso, Simonsen, José Serra, Antônio Kandir.

Nas últimas décadas, porém, a coisa ficou bastante feia, sendo o notável conhecimento substituído por qualidades duvidosas, calçadas apenas na simpatia ideológica aos ocupantes do poder. Talvez por isso mesmo e pelo fato de que os chefes do Executivo do passado tinham total confiança nesses ministros e seguiam à risca o que eles propunham é que o Brasil tinha um claro programa econômico de governo. O pior é que nem mesmo as experiências de superação de crises do passado puderam servir de exemplo para a atualidade.

Hoje o que se tem é a teimosia em reinventar a roda ou fazê-la com o formato quadrado. É o que se dizia no passado: um pastor cego não pode guiar ovelhas. O estado de piora contínua da economia do país espelha bem o tipo de figuras que estão à frente dos atuais ministérios da Fazenda e do Planejamento. Não fosse o segundo escalão, formado por técnicos e especialistas ainda não abduzidos por ideologias vazias, estaríamos ainda pior.

A rigor, o Estado deveria cuidar de funções básicas, como garantir a proteção do país e a segurança interna dos cidadãos, administrando saúde e educação de qualidade, tudo de acordo com o que manda a Constituição. Como nenhum desses princípios parece estar sendo seguido, estamos onde estamos, com o Estado submetido a volúpias do governo de plantão, transformado em empresário malsucedido, distribuindo os recursos públicos com base em políticas assistencialistas cujo único objetivo é manter uma clientela cativa com vistas às próximas eleições.

Ainda que as visões de desenvolvimento desses indivíduos fossem distintas, havia um elemento comum: a compreensão de que a condução macroeconômica exige preparo técnico, diagnóstico rigoroso e compromisso com metas de longo prazo. Mas consolidou-se, porém, a percepção de que critérios técnicos passaram a dividir espaço e, por vezes, a ceder lugar a critérios de conveniência política e alinhamento ideológico.

Essa transição, frequentemente associada a práticas clientelistas, produziu efeitos cumulativos que ajudam a explicar a persistência de fragilidades estruturais na economia brasileira. O clientelismo, entendido como a distribuição de cargos, recursos e favores com base na fidelidade política, altera a lógica de funcionamento do Estado. Em vez de instituições orientadas por resultados e responsabilidade fiscal, cria-se um sistema de incentivos voltado à manutenção de coalizões de poder.

Quando postos estratégicos deixam de ser ocupados prioritariamente por especialistas com autonomia técnica, a formulação de políticas públicas tende a sofrer três distorções principais. No curto prazo decisório, as políticas passam a ser desenhadas para produzir efeitos eleitorais imediatos, não para corrigir desequilíbrios estruturais; a fragmentação administrativa com programas e gastos são definidos por pressões setoriais, e não por planejamento integrado, gerando a erosão da credibilidade institucional dos agentes econômicos, o que leva a população a duvidar da previsibilidade das regras. A consequência direta é o aumento do custo de governar: juros mais elevados, menor investimento produtivo e crescimento econômico instável. O impacto da desprofissionalização da gestão econômica não se limita a episódios isolados de crise. Trata-se de um processo cumulativo que afeta a trajetória de desenvolvimento do país.

Programas concebidos com finalidade política, e não técnica, tendem a priorizar a visibilidade imediata em detrimento da eficiência. O resultado é o aumento da despesa corrente sem correspondente ganho estrutural em produtividade, educação ou infraestrutura. Sem disciplina fiscal sustentada por critérios técnicos, o endividamento público torna-se instrumento recorrente de acomodação de pressões políticas. O serviço da dívida consome parcela crescente do orçamento, comprimindo investimentos essenciais. Com isso, a perda de competitividade internacional é o resultado.

Políticas econômicas instáveis, mudanças frequentes de orientação e ausência de planejamento industrial coerente dificultam a inserção do país nas cadeias globais de valor.

O papel constitucional do Estado, que seria garantir segurança jurídica, prover serviços públicos essenciais e criar condições para o desenvolvimento, pressupõe racionalidade administrativa. Quando a máquina pública passa a operar sob lógica clientelista, ocorre uma inversão de finalidade: o Estado deixa de servir à sociedade para servir à preservação de grupos políticos.

» A frase que foi pronunciada

“O trapezista morre quando pensa que é anjo”.

Mario Henrique Simonsen

» História de Brasília

Esta coluna completa, hoje, dois anos de circulação. Em todo este espaço de tempo, não negamos. Temos passado muitas horas de dissabores, de aborrecimentos e de ameaças. (Publicada em 15/5/1962)